

SEMINÁRIO CAPES/DAAD¹

Políticas de reforma e internacionalização do ensino superior no Brasil e Alemanha²

1. Deutscher Akademischer Austausch Dienst (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico).

2. Realizado em Brasília em 07 de março de 2006.

Palestrantes:

Renato Janine Ribeiro³

Friedrich Prot von Kunow⁴

Christian Bode⁵

3. Presidente em Exercício da Capes.

4. Embaixador da Alemanha no Brasil.

5. Secretário-Geral do DAAD.

Abertura

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Neste seminário, será discutido, em primeiro lugar, o Processo de Bolonha, que está sendo desenvolvido na Europa e, em segundo lugar, a Reforma Universitária, que está sendo implementada no Brasil e na Alemanha. Este evento será co-presidido pelo Embaixador da Alemanha, Friedrich Prot von Kunow e por mim. Passo a palavra ao Embaixador da Alemanha.

Friedrich Prot von Kunow – Embaixador da Alemanha no Brasil:

A cooperação acadêmica que existe entre Brasil e Alemanha já tem a sua história, e é bastante sólida. Os primeiros cientistas alemães vieram ao Brasil ainda na época da Imperatriz Leopoldina, pouco antes da Independência do Brasil. Desde então, tem havido uma estreita cooperação entre universidades e cientistas de ambos os países.

As primeiras expedições científicas que tivemos no séc. XIX foram extremamente importantes, não só para o desenvolvimento da vida acadêmica no Brasil, mas para a Alemanha e toda a Europa. Começaram com um importante trabalho de Humboldt sobre a América do Sul – que incluía apenas uma pequena parte do norte do Brasil – e, desde então,

tem havido um grande interesse acadêmico sobre a América do Sul, pela sua natureza, características geográficas e a vida nessa região, de um modo geral.

Ao mesmo tempo, o Governo Brasileiro da época estava bastante interessado em atrair técnicos e acadêmicos com diferentes experiências de vida para trabalharem no Brasil, durante um determinado período, ou mesmo definitivamente. Isso acontece ainda hoje. As pessoas vêm para o Brasil por dois ou três anos e acabam ficando aqui até o fim dos seus dias. Temos bons exemplos disso. Aliás, vocês conhecem isso melhor que eu.

Na realidade, esta cooperação continuou durante várias décadas, especialmente, no final dos anos 1950, quando houve um grande avanço no Brasil, promovido pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Foi quando a cooperação na área acadêmica e científica recebeu um impulso significativo. Muitos dos acordos de cooperação técnica existentes hoje datam dessa época. Para mim, é muito prazeroso quando visito universidades brasileiras e encontro tantas pessoas que estudaram na Alemanha, que visitaram a Alemanha e têm laços estreitos com nosso país. Isso vem desde aquela época e, graças a Deus, continua sendo assim. Muitos jovens brasileiros continuam indo estudar na Alemanha, em programas de graduação sanduíche, ou no nível de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Ao mesmo tempo, devo ressaltar um fato importante: muitos jovens alemães estão vindo estudar aqui no Brasil também, para conhecer melhor nosso país. Não é muito fácil enfrentar a barreira do idioma. Para os brasileiros estudarem na Alemanha têm que aprender alemão e sei que não é fácil. Os jovens alemães também não aprendem o português na escola, portanto, enfrentam a mesma dificuldade de terem que aprender o português, para estarem aptos a vir para o Brasil continuar seus estudos acadêmicos. Mas tudo isso tem seu lado positivo porque, ao final, temos certeza de que aqueles jovens brasileiros que vão estudar na Alemanha e os jovens alemães que vêm para o Brasil estão realmente interessados nesse intercâmbio. Sabem o que querem fazer e lutam por isso. Aprendem um idioma diferente, submetem-se a toda uma preparação e se candidatam a Bolsas de Estudo, ou podem arcar com os custos de um programa de intercâmbio como esse. O importante é que, quando começam a estudar, já trabalharam

duro para alcançar seu objetivo. Portanto, acredito que esses jovens são os mais dedicados e interessados nos seus estudos, tentando tirar o melhor proveito dessa oportunidade, não só em termos financeiros, mas em termos de qualificação acadêmica.

É por tudo isso que creio que nossa cooperação acadêmica e científica tem sido tão bem-sucedida, não só no âmbito da cooperação entre a Capes e o DAAD, como no caso de outros tipos de cooperação entre instituições universitárias ou mesmo no âmbito da iniciativa privada.

Os resultados obtidos até agora são extremamente positivos. O DAAD tem expandido essa cooperação, mesmo em tempos difíceis, porque, infelizmente, a situação econômica da Alemanha não é tão boa a ponto de podermos estar simplesmente distribuindo recursos. Aliás, se perguntarmos ao Ministro das Finanças, ele vai sempre dizer que não tem dinheiro suficiente. Mas o DAAD está tentando incentivar a cooperação com a Capes, buscando expandir os programas de cooperação acadêmica num âmbito mais amplo. A cooperação entre Brasil e Alemanha, que já data de mais de 180 anos, quase 190 anos, continuará por muito tempo, porque é do nosso interesse e, especialmente, do interesse dos estudantes e do futuro acadêmico de nossos países.

A Implementação do Processo de Bolonha na Alemanha e no Brasil

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Nossa discussão se centrará essencialmente no Processo de Bolonha. O interesse brasileiro é compreender melhor como a internacionalização do ensino superior está sendo discutida e abordada na Europa e mostrar quais são as preocupações do Brasil em relação a esse tema.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Darei uma visão do ensino superior da Alemanha, mas no âmbito nacional, porque o DAAD é a agência nacional responsável pela internacionalização do ensino. Já o Professor Hippler e o Professor Niederdrenk vão aprofundar mais esse

tema, no âmbito institucional, e abordar o real significado do Processo de Bolonha para a instituição e para a vida acadêmica, a partir de dois ângulos diferentes.

Farei uma breve introdução do programa. O DAAD é uma associação. Concedemos 50 mil bolsas anuais (30 mil para estrangeiros e 20 mil para alemães) o que pressupõe uma grande mobilidade acadêmica. Somos a Agência Nacional responsável pelos programas de intercâmbio da Europa, dentro da Alemanha e, portanto, também temos uma perspectiva européia.

Nosso orçamento é de 300 milhões de dólares, basicamente oriundos do Ministério de Relações Exteriores, ao qual as Embaixadas estão afiliadas. Antigamente, a contribuição era de 85%, mas agora está em 47%, o que significa que temos que captar metade dos nossos recursos de outras fontes. Tivemos a sorte de conseguir atrair outros fundos, inclusive 12% da União Européia (UE). Aliás, a União Européia está tendo um papel muito importante e propulsor nos nossos negócios.

São cinco nossos objetivos principais: bolsas de estudo para alunos estrangeiros; bolsas de estudo para alunos alemães; programas para a internacionalização das universidades da Alemanha; desenvolvimento de cooperação acadêmica com países em desenvolvimento; e promoção do ensino da língua alemã.

Temos boa representatividade no mundo, contando com 14 grandes escritórios e 47 escritórios menores. Um desses 14 escritórios está localizado no Rio de Janeiro.

O que significa a internacionalização do ensino? Por que a fazemos? Por que a internacionalização é uma prioridade na política de ensino superior da Alemanha? Vou projetar a Declaração de Bolonha, mas não é a atual. Essa Declaração é de muitos anos atrás, quando a Universidade de Bolonha celebrou seu 900º aniversário. Bolonha é considerada a universidade mais antiga da Europa, e talvez do mundo. Parece que há uma instituição de ensino superior da China mais antiga. Mas na Europa, a Universidade de Bolonha é considerada a primeira instituição de ensino superior. Pois dez anos atrás, mais de 800 reitores assinaram a *Magna Carta Universitarum*, que foi redigida em Latim. Ninguém entendia nada e ela acabou se perdendo. Dez anos depois, os Ministros de Educação Superior fizeram uma Nova Declaração de Bolonha, que não tem praticamente nada a ver com a Declaração das Universidades, mas vou explicar isso depois.

Por que internacionalização? As universidades sempre foram internacionalizadas, especialmente na Idade Média. Entretanto, no séc. XIX, houve uma fase nacionalista que acabou nos separando mais do que nos unindo. Mas agora, cada vez mais, principalmente desde 1990, temos uma nova dimensão da globalização. Com a derrubada da “Cortina de Ferro” na Europa - o que também significou o desaparecimento das antigas barreiras leste-oeste - surgiu uma nova globalização política e econômica com um dinamismo e velocidade cada vez mais acentuados. Tudo isso afetou sensivelmente as universidades. Penso que não podemos simplesmente decidir se vamos ou não partir para a internacionalização. A questão não é essa. O problema é que, se as universidades quiserem ser realmente competitivas hoje em dia, precisam ter um perfil de internacionalização. Não há outra saída. A questão é como fazer isso, quando fazer, em que setores, que estratégias adotar e assim por diante. Mas não há dúvida de que esse é o caminho que devemos seguir.

Devemos mencionar ainda algumas outras razões para essa internacionalização do ensino superior: a) a integração regional. Principalmente na Europa, a integração da União Européia é um fator propulsor da internacionalização. E isso não acontece apenas na União Européia. Acontece o mesmo com o Mercosul e com a ASEAN⁶, na Ásia, não no mesmo estágio que está na Europa, mas a integração regional também está ganhando força nesses outros países; b) a mídia e a internet. Acho que não preciso discutir esse aspecto; c) o avanço nos transportes, que possibilitam fácil deslocamento num período de 24 horas; d) um maior diálogo intercultural e inter-religioso entre os povos, o que infelizmente, também resulta em algumas ameaças; e) e o idioma inglês como um elo importante, como hoje estamos atestando aqui.

Quais interesses estão em jogo com a internacionalização? Quero apenas mostrar que há diferentes níveis de interesses envolvidos nela. Por exemplo, no âmbito individual, os alunos têm interesse em promover sua carreira profissional ou buscar um ensino de melhor qualidade fora do seu país, ou meramente procurar algo que não está disponível na sua terra natal. Já as instituições podem ter outros interesses, como, por exemplo, recrutar pessoal e alunos, até ganhar dinheiro com isso, se cobrarem anuidades. Por outro lado, os interesses nacionais também são diferentes. São interesses políticos. Por exemplo, no caso do DAAD é interessante ter parceiros no

6. Associação de Nações do Sudeste Asiático.

mundo todo, que estejam familiarizados com nosso país, nossa cultura, nossa língua, e com quem possamos estabelecer uma cooperação duradoura. O interesse da Europa, por exemplo, é a coesão, ou seja, o interesse político de união de todos esses países na região européia. Há também a questão do desenvolvimento, sem esquecer o interesse econômico. O próprio sistema científico tem interesses específicos, entre os quais os recursos e reputação internacional, o que, muitas vezes, é mais importante do que o aspecto financeiro.

Listei aqui alguns fenômenos da internacionalização, como por exemplo: programas de intercâmbio; recrutamento de alunos estrangeiros, o que é muito importante; internacionalização de professores, embora, na Alemanha, menos de 10% de professores estrangeiros façam parte de nosso corpo docente, sendo que nas universidades esse percentual cai para cerca de 5%. Aliás, nas Fachhochschulen está abaixo de 5%. Tudo isso para propiciar aos nossos professores experiência internacional. Minha visão é que, pelo menos no caso das universidades internacionais, todos os profissionais deveriam ter uma experiência internacional ao longo da sua carreira docente, assim como os currículos deveriam ser concebidos de forma mais internacionalizada e mais ampla. Deveria haver acordos internacionais sobre os principais conteúdos curriculares. Por exemplo, não podemos ter um programa de administração apenas com conteúdo em nível nacional. Os parâmetros internacionais são muito importantes para que possamos ter competitividade.

O DAAD estabeleceu um Plano de Ação Nacional para o ensino superior na Alemanha. O primeiro passo foi propiciar programas de pesquisa que fossem atraentes, no âmbito internacional, como por exemplo, cursos de mestrado ministrados em inglês. Já temos mais de 300 cursos de mestrado sendo ministrados em inglês, para que vocês possam enviar alunos estrangeiros que estudem na Alemanha sem precisar dominar o idioma alemão. Embora eu insista que devam ter alguma noção da língua alemã e devam procurar estudá-la durante sua permanência no nosso país. Mas podem começar seus estudos apenas sabendo inglês, porque oferecemos esse tipo de curso. O mesmo acontece com nossos próprios alunos. Não queremos apenas receber as pessoas certas do estrangeiro. Queremos também que nossos alunos mais brilhantes vão para o exterior, para que adquiram experiência internacional. Outros fatores são: o domínio do idioma e recrutamento de pessoal.

Podemos verificar o aumento do número de alunos estrangeiros que estudam na Alemanha. Começamos nossa campanha de cooperação técnica com outros países em 1999 e, desde então, tivemos um crescimento de 70% dos alunos estrangeiros que vêm estudar em nosso país. A Alemanha é agora o terceiro maior país a sediar intercâmbio acadêmico, totalizando já 187 mil estudantes. Devemos somar a esse total os estrangeiros que vivem na Alemanha, como os turcos ali residentes e que completaram sua escolaridade entre nós, totalizando, assim, 250 mil estrangeiros. Podem ver que houve um crescimento acentuado desse intercâmbio.

Também realizamos o recrutamento e a promoção profissional da educação superior alemã no exterior. Pensamos que devemos competir com alunos mais brilhantes em todo mundo, assim como fazem outras universidades e sistemas de ensino. É por isso que despendemos sete milhões de dólares por ano em campanhas de publicidade implementadas pelo DAAD. Entretanto, gostaria de ressaltar que não é uma campanha publicitária visando a resultados comerciais, uma vez que a maioria das universidades não cobra taxas de seus alunos, salvo algumas exceções. Portanto, essas instituições de ensino superior não ganham dinheiro com o intercâmbio acadêmico. Ganham bons alunos, o que é mais importante que o dinheiro.

Também queremos mandar nossos melhores alunos para o exterior. Assim, aumentamos o número de nossos alunos que vão estudar fora, passando de 49 para 62 mil num período de quatro anos. Isso já é muito bom, mas ainda não é suficiente. Atualmente, 35% dos alunos graduados na Alemanha já tiveram uma experiência de intercâmbio acadêmico no exterior, pelo menos durante alguns meses, durante a sua graduação. É o que vocês chamam de “Graduação Sanduíche” aqui no Brasil. Esse intercâmbio pode durar um semestre ou até alguns meses, como no caso dos cursos intensivos de línguas. Queremos ampliar esse percentual para 50%, o que significa que, de cada dois alunos graduados em 2010, pelo menos um deverá ter uma substancial experiência acadêmica no exterior.

Podem ver assim que trabalhamos numa via de mão dupla. O nome do nosso programa é uma garantia disso. *Austausch* significa mobilidade acadêmica, mas não um recrutamento unilateral. Tentamos conscientizar nossos alunos, cada vez mais, da necessidade de intercâmbio acadêmico. Promovemos

uma campanha de incentivo aos alunos estudarem no leste, porque a maioria queria ir para os Estados Unidos ou Reino Unido. Mas queremos que os alunos vão para os países do leste europeu. A Rússia, Polônia e Tchecoslováquia, assim como a China, são países promissores e desejamos aumentar significativamente nosso intercâmbio acadêmico com esses países. Vamos iniciar nossa campanha “Estude no Estrangeiro”, no início deste ano para alcançarmos uma taxa de 50%. Mas, como devem entender, queremos que esses alunos que vão estudar no exterior voltem um dia, assim como vocês também desejam que seus alunos que estão no estrangeiro retornem. Por isso que iniciamos uma campanha chamada Rede de Intercâmbio Acadêmico Alemão (German Academic International Network – GAIN), principalmente com os Estados Unidos, uma vez que 20 mil professores alemães estão trabalhando - seja por um período determinado, seja permanentemente - em universidades norte-americanas. Desejamos absolutamente que retornem ao nosso país e sejam nossos parceiros nesta cooperação internacional. É claro que não me importo se um brilhante professor alemão trabalhar no MIT⁷, desde que mantenha contato conosco e possa ser uma ponte para estreitar essa cooperação acadêmica.

7. Massachusetts Institute of Technology.

Também financiamos oportunidades de estudos no exterior que nossas universidades exportam para outros países. Temos 30 projetos desse tipo, sendo que um dos mais proeminentes é com a Universidade Alemã do Cairo, num sistema de cooperação acadêmica com faculdades e universidades nacionais, mediante a oferta de cursos no exterior. Uma vez mais, não se trata de um investimento comercial. É, acima de tudo, um investimento de cooperação acadêmica sem visar lucro, uma vez que não são cobradas taxas.

Vou passar agora a discutir a cooperação acadêmica no âmbito europeu, focando o Processo de Bolonha. Aqui temos alguns fatos importantes. A União Européia é formada por 25 países, com 457 milhões de habitantes, o que corresponde a 1/3 da China. Tem um PIB elevado, 20 línguas oficiais, 4 mil instituições de ensino superior e 17 milhões de alunos. É um número bastante semelhante ao dos Estados Unidos, que contam com 16 milhões de alunos e 3.600 instituições de ensino, incluindo 1 milhão de alunos que estudam no exterior, sendo 600 mil nos Estados Unidos. Já me disseram que esse número é bem maior, mas na verdade esse é o total de alunos regularmente matriculados. E há ainda, evidentemente,

todo aquele intercâmbio temporário de alunos nos cursos de verão e em outros cursos de curta duração, que não foram contabilizados. Podem ver que essa é uma grande área de cooperação e que envolve inúmeros países que passam a ficar integrados.

As forças propulsoras da Reforma de Ensino Superior têm duas faces. Em primeiro lugar, na União Européia, tivemos a chamada “Declaração de Lisboa” em que se disse que no ano de 2010 a Europa será a área mais dinâmica da economia baseada na ciência, em todo o mundo. Essa é uma meta maravilhosa, mas infelizmente, não conseguiremos alcançá-la até 2010 porque não teremos conseguido competir com os Estados Unidos. Uma das submetas seria um maior investimento em pesquisa, no montante de 3% do PIB, para cada país e para a União Européia como um todo. Novamente, não conseguiremos atingir essa meta. Mas, pelo menos, estamos investindo mais, especialmente com o novo governo, e essa política de investimento em pesquisa se coaduna com a Declaração de Bolonha.

A Declaração de Bolonha não partiu da União Européia, embora, atualmente, a União Européia, de certa forma, esteja liderando o Processo de Bolonha. Mas vocês sabem que os Estados Membros do Processo de Bolonha não correspondem à composição dos Estados Membros da União Européia. Do Processo, participam atualmente 45 países, entre os quais a Rússia. Uma exceção é a Bielorrússia, que não se junta a nós mais por razões políticas, devendo eu acrescentar que os governos dos outros países europeus também não desejam essa integração. Nestes países domina uma espécie de “ditadura louca”, que não queremos que faça parte do jogo. De todo modo, uma única área, de Lisboa a Vladivostok, até 2010, deverá ser um espaço de grande mobilidade acadêmica no âmbito da educação superior, com padrões de qualidade comuns, regras, equivalência de certificação etc., visando à construção do “Espaço Europeu de Ensino Superior”. Esta é uma meta bastante ambiciosa. Provavelmente, também não conseguiremos alcançá-la.

Entretanto, o fato de não conseguirmos atingir essas metas não significa que não devam continuar tentando. Devemos sempre ter uma meta além do grau realista a ser atingido. O Processo de Bolonha é um conjunto de conferências realizadas a cada dois anos, em que os Ministros da Educação se reúnem

com os representantes das instituições de ensino superior e alguns alunos, numa ampla conferência para emitirem um relatório especificando os próximos passos de todo o processo. A próxima conferência será em 2007, em Londres, e teremos talvez mais umas duas até 2010. Algumas universidades já estão dizendo que, felizmente, esse processo acaba em 2010 porque é um processo político que vem de cima para baixo e que não tem o total apoio das bases.

Qual é o significado real do Processo de Bolonha para as instituições de ensino? Na Alemanha, devo dizer que muitas instituições de ensino superior estão satisfeitas com o Processo de Bolonha, outras estão ainda hesitantes; mas muitos professores são absolutamente contrários a esse processo e receiam que acabemos abandonando algumas boas tradições, substituindo-as por novas, notadamente as anglo-americanas, que não são genuinamente nossas e que podem vir a deteriorar aquilo que ainda resta de positivo na educação superior da Alemanha. Confesso que sou um protagonista pró-ativo do Processo de Bolonha, mas não estou satisfeito com a maneira como ele tem sido implantado na Alemanha até agora.

As metas do Processo de Bolonha estão estabelecidas em três colunas: mobilidade, qualidade e competitividade/atratividade. A meta que gera maiores controvérsias é a primeira, nos diversos graus do sistema de ensino superior, incluindo o doutorado, embora haja alguma controvérsia se o doutorado é o terceiro ciclo da educação superior ou o primeiro ciclo da área de pesquisa. Acho que, na realidade, ele fica no meio. Isso significa uma grande mudança e reforma no sistema de educação superior da Europa Continental, em que não havia o sistema de Mestrado/Bacharelado anglo-americano, enquanto ele sempre existiu na Inglaterra, ou quase sempre, uma vez que foi adotado no último século.

O outro aspecto é a qualidade da avaliação e acreditação. Na Alemanha, nós não temos um sistema de acreditação específico. O arcabouço de todo o sistema era concebido de tal forma que somente os bons alunos, bons professores e boas instituições podiam formar uma universidade. Por que, então, se acreditar um curso? E muitos ainda questionam qual é o sentido de uma agência de alguns desconhecidos acreditar, por exemplo, a famosa Universidade de Gottingen, onde se formaram vários dos ganhadores de Prêmios Nobel.

Quanto aos desafios futuros, a Universidade de Bolonha está muito preocupada com o livre intercâmbio entre as instituições de ensino superior e dentro da própria instituição. Tememos que isso possa vir a ter um efeito exatamente contrário, porque o currículo do Bacharelado está agora imprensado num curso de três anos. Quase não há tempo para o aluno se ausentar para estudar no exterior, a não ser que a própria instituição integre esse período de mobilidade acadêmica no currículo. Talvez, dessa maneira, isso funcione. Atualmente, apenas 25% dos cursos de Bacharelado na Alemanha incorporaram um período de estudos no exterior. O problema é que essa proporção de apenas 1/4 não está adequada a nossa política de internacionalização.

A segunda coisa interessante é o ciclo do PhD que ainda não se constitui numa meta do Processo de Bolonha. E não sei se podemos esperar perspectivas positivas se os Ministros passarem a se envolver na questão do PhD. Penso que é melhor deixar isso a cargo das universidades.

O último ponto são os padrões europeus de educação superior. Há um movimento para coordenar os padrões de qualidade dos currículos em nível europeu, o que é bastante razoável. Entretanto, se for feito com regras estritas que imobilizem nossa reforma curricular, isso não podemos desejar que aconteça. A União Européia financia programas de intercâmbio dentro do Processo de Bolonha, com um investimento de 200 milhões de dólares/ano, atendendo a 140 mil alunos/ano, promovendo, portanto, uma grande mobilidade acadêmica.

A União Européia também adotou uma política de marketing da profissionalização na educação superior da Europa. Este ano, por exemplo, vamos iniciar uma campanha de intercâmbio da Ásia para a Europa em que o nosso grande competidor não é tanto o Brasil, mas os Estados Unidos.

Vou fazer agora algumas considerações finais em relação às perspectivas futuras, que poderemos discutir posteriormente. Haverá uma grande demanda de intercâmbio internacional. Os australianos, por exemplo, dizem que o número de alunos estrangeiros vai aumentar de dois milhões por ano para sete milhões em 2020. É bastante provável que isso aconteça. Haverá uma grande competição por “mentes brilhantes”, entre as instituições de todo mundo. Além disso, vai haver um crescimento na comercialização, com a instituição de taxas. Essa questão está sendo atualmente estudada na Alemanha.

Isso significa que o aspecto monetário vai desempenhar papel cada vez mais importante nessa questão da internacionalização e do intercâmbio acadêmico.

Outro aspecto é o aumento da privatização do ensino superior. Isso já está acontecendo aqui no Brasil, mas na Alemanha ainda não, e estamos cada vez mais preocupados com essa questão. Temos também que ressaltar que a “anglicização”, ou o uso da língua inglesa, vai desempenhar um papel cada vez mais importante nesse processo. Não reclamo disso tanto quanto outras pessoas, porque acho que se fosse o chinês seria ainda pior. A institucionalização significa que não apenas o indivíduo se movimenta nesse processo de intercâmbio acadêmico, mas também a instituição, enquanto organizadora de todo o processo.

Outro aspecto importante é a virtualização, o que significa que o ensino à distância e a mobilidade física vão acabar se encontrando e abrindo novos horizontes para o intercâmbio acadêmico. Temos ainda a questão da politização. Nos últimos tempos, vivenciamos vários choques culturais, especialmente entre os europeus e o mundo islâmico. Espero que isso não se acentue, mas, se acontecer, certamente terá um impacto em toda a questão dessa mobilidade e cooperação.

Por último, temos a questão da “criptização”, que é um termo que acabei de criar. Não é uma palavra do idioma inglês. Significa que o acesso aberto à pesquisa está ameaçado por razões econômicas, uma vez que, cada vez mais, a pesquisa é financiada pelas indústrias e é claro que elas querem ter reserva de direitos e patentes sobre os resultados dessas pesquisas. Assim sendo, não permitem que seja feita uma publicação gratuita desses resultados, o que se constitui também numa ameaça. A outra ameaça é a questão da proliferação de armas atômicas e biológicas no Irã, Paquistão e Índia. Essa igualmente vem a ser uma nova ameaça para o livre intercâmbio da pesquisa no mundo todo.

Se Deus quiser, o elemento mais importante do futuro será uma maior cooperação entre a União Européia e a América Latina. Estamos vivenciando dois dos principais agentes acadêmicos de nossos respectivos continentes juntando seus esforços.

A Percepção do Processo de Bolonha no Brasil

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes: Considerando que a discussão será centrada na questão do intercâmbio e mobilidade na área da educação superior, penso que devo tecer alguns comentários iniciais, uma vez que a maioria dos nossos convidados estrangeiros pode não estar bem familiarizada com a Capes e com o sistema educacional brasileiro. É claro que não tem sentido avaliarmos universidades como a Sorbonne, Oxford ou outras importantes universidades alemãs, para acreditá-las ou não. Mas promovemos a avaliação dos mestrados e doutorados brasileiros há 30 anos e isso constitui um instrumento importante para assegurar a qualidade do nosso ensino superior. Assim sendo, gostaria de expor brevemente como funciona nosso sistema de avaliação e discutir algumas questões apresentadas pelo Professor Bode.

Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com quase todos os pontos que foram aqui abordados e que também consideramos a mobilidade acadêmica como sendo muito importante.

A Capes foi fundada em 1951, na mesma época em que o CNPq⁸, que também é uma outra importante agência federal no Brasil, no início do único governo Vargas eleito pelo povo. A Capes é, acima de tudo, uma agência de avaliação e também concede bolsas e auxílios, sendo ainda responsável por um Portal de Periódicos que dá acesso a mais de 10 mil periódicos.

Se examinamos o número de títulos de Mestre conferidos a cada ano no Brasil, vocês podem ver que se multiplicou por seis, de 1987 a 2003. Estamos atualmente formando 30 mil mestres por ano. Em breve, atingiremos a meta de 10 mil doutores por ano. Esperamos, na próxima década, já ter atingido o patamar de 15 mil doutores por ano.

Nosso sistema de avaliação significa que, a cada três anos, avaliamos quase todos os dois mil programas que temos no Brasil. Um programa de pós-graduação no Brasil pode envolver de um a três cursos diferentes: pode oferecer um curso de Mestrado Acadêmico, um de Mestrado Profissional e um de Doutorado. O programa pode oferecer apenas um desses cursos, dois ou todos. Metade dos nossos dois mil programas oferecem apenas mestrados, entre os quais se incluem cerca de 150 cursos profissionais.

8. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Na avaliação, os programas recebem notas. Cursos com nota 1 e 2 são fechados. As notas superiores significam que o programa tem um desempenho razoável (3), bom (4), muito bom (5), ou atingiu os padrões de desempenho de nível internacional, que são nossa meta (6 e 7). Em 2001, fechamos 5% dos programas por mau desempenho e apenas 2% em 2004. Isso mostra que a maioria desses programas está tendo desempenho satisfatório ou bom. Somos muito rigorosos ao conceder uma nota 6 ou 7, que corresponde a apenas 11% da totalidade dos programas. Eu os convido a visitar a nossa página na internet, que contém dados bastante interessantes a esse respeito, bem como outros sobre a cooperação internacional.

Outro fator importante a considerar é que, enquanto o CNPq e as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (FAPs) são agências basicamente de fomento, a Capes se distingue por ser a agência de avaliação para a pós-graduação. A avaliação é barata, custando 0,9% de nosso orçamento, que despense cerca de 90% em fomento. Mas o eixo da Capes é a avaliação. Cumpre notar que não avaliamos a graduação, nem as instituições, que, umas e outras, deverão ser avaliadas por outros sistemas que estão sendo implementados. Mas nossa tarefa já é enorme, porque temos cerca de 112 mil alunos de pós-graduação no Brasil, sendo 2/3 de mestrado e 1/3 de doutorado. Além disso, temos perto de quatro milhões de alunos de graduação e não é fácil avaliá-los. Há umas 200 instituições de ensino superior vinculadas ao sistema da Capes. Assim, cerca de 200 outras instituições conferem títulos de mestrado e doutorado. Nossa missão na Capes não está vinculada aos estudos de graduação, salvo algumas exceções.

A presença de alunos estrangeiros entre nós não é muito elevada. Conforme os últimos dados disponíveis, temos 1.5% de alunos estrangeiros no nível de doutorado. Se a meta de vocês é de 10% e já foi alcançada, nossa meta deveria ser aproximadamente a mesma, ainda que demore mais tempo.

Passo agora ao Processo de Bolonha, tema principal de nossa discussão. Em primeiro lugar, consideramos a mobilidade acadêmica muito importante. Concordamos plenamente que seja enfatizada e fortalecida. O segundo ponto é que entendemos que o processo da União Européia é uma experiência muito interessante e positiva para o resto do mundo. Pessoalmente, como filósofo político, estou muito

interessado neste novo conceito de soberania resultante de todo esse processo, na definição de um poder central que reconhece direitos humanos, mas não é eleito pelo princípio de uma pessoa, um voto, e ainda na possibilidade que nos sugere a UE de não termos somente uma grande potência mundial.

Entretanto, temos algumas preocupações sobre o Processo de Bolonha. Nossa maior preocupação é com o sistema de três ciclos de ensino – três para a graduação, dois para o mestrado, mas, sobretudo, os três anos em que se imagina poder-se obter um título de doutorado. Noto que o Professor Christian Bode não abordou a questão do título doutoral. Não penso que os outros pontos mencionados venham a constituir problema para nós. No Brasil, geralmente, temos um grau de bacharel após quatro anos de estudo e um grau de mestre após dois anos ou dois anos e meio. O que nos preocupa é justamente o fato de se obter um título de doutor em três anos. Se considerarmos que o primeiro ciclo de pesquisa seria de três anos, receio que três anos não sejam suficientes para a conclusão de um doutorado. Há alguns meses, fui a um congresso em Seattle, do qual participou também o vice-reitor da Universidade de Humboldt, bem como representantes de universidades européias, norte-americanas e de alguns outros países. Nesse encontro, alguns dos nossos colegas europeus ressaltaram que consideram improvável a conclusão de um curso de doutorado em três anos. Apenas na Dinamarca se mencionou a conclusão de doutorados em três anos e meio, mas mesmo assim aquele país só o conseguiu porque concedeu elevadas bolsas e incentivos financeiros a esses alunos. Assim, em geral nos preocupa o prazo de três anos para obtenção de um título de doutorado e é por isso que enfatizo a questão da avaliação.

No Brasil, a avaliação fez com que haja uma grande diferença entre o que é ensinado no nível da graduação e pós-graduação. Não podemos dizer que o nível de ensino de graduação seja bom no Brasil, mas o de ensino de pós-graduação certamente o é, e essa diferença é estabelecida no sistema de avaliação da Capes. A Capes, embora pertença ao Estado brasileiro, constitui um sistema – especificamente na avaliação – fortemente vinculado à comunidade acadêmica. Reunimos cerca de 600 consultores das diversas áreas de conhecimento, que são responsáveis pela avaliação de dois mil programas. Convidamos pessoas que têm destaque no mundo acadêmico para avaliarem esses programas. Dessa maneira, asseguramos que sejam oferecidos bons cursos de pós-graduação no Brasil na área específica que o especialista avalia.

Evidentemente, não recebemos os títulos concedidos pelas boas universidades alemãs, francesas ou inglesas, mas há muitos países que não terão o mesmo padrão de ensino superior europeu. Alguns países têm sistemas de ensino superior realmente muito bons, mas outros nem tanto.

Como operacionalizar um sistema internacional para assegurar a qualidade de ensino? Há padrões já estabelecidos? Se começarem a receber alunos que completaram metade do seu curso em países que não têm um bom sistema de avaliação, isso pode ter um efeito negativo no seu país. É nessa perspectiva que pensamos duas vezes sobre a implementação do Processo de Bolonha no Brasil. O problema é que, sem um sistema de avaliação que seja comum ou pelo menos sistemas de avaliação nacionais que conversem entre si, como ter a certeza de que o resultado final será bom? Volto a ressaltar que apenas três anos para o doutorado constituem um prazo que não é conveniente.

Uma das grandes novidades de nosso tempo é que um jovem que hoje tem 21 anos pode viver até 100 anos de idade. Quem está nascendo hoje poderá viver mais de um século. Isso é possível, especialmente na Europa e nos países ricos. Portanto, por que esses jovens devem obter seu título de PhD tão cedo, apenas após oito anos de ensino superior? Não seria melhor esperar um pouco mais, sem tanta pressa, considerando que têm ainda muito tempo de vida pela frente? Acho que um período de ensino de pós-graduação mais longo, sem tanto estresse, poderia ser bem mais produtivo. Mas esta é minha opinião.

O que nós devemos propiciar aos nossos profissionais é uma espécie de *Bildung*. Emprego a palavra alemã porque não encontrei em inglês uma palavra adequada para a tradução do que em português chamamos *formação*, e no idioma germânico tem a carga altamente positiva da universidade humboldtiana. Ora, *Bildung* ou formação é muito mais do que treinamento. Na verdade, o treinamento profissional significa preparar as pessoas para um mercado de trabalho que sofrerá mudanças ao longo das décadas de vida ativa do nosso jovem universitário que hoje tem 21 anos de idade. Por conseguinte, o que devemos talvez fazer é proporcionar um amplo espectro educacional que vá bem além de um mero treinamento.

Por outro lado, enfatizo que consideramos a mobilidade acadêmica como muito importante. Penso que, hoje em dia, a mobilidade acadêmica é um dos segredos do sucesso das

universidades. Se não tivermos mobilidade acadêmica dentro e fora do país, enfrentaremos grandes dificuldades. Na Reunião da Unesco sobre Mobilidade no Ensino Superior da América Latina e Caribe, realizada em junho de 2005 na cidade do México, discutimos muito esse assunto. Penso que se implantarmos nosso próprio Processo de Bolonha, um que seja definido por nós, pode ser bastante positivo. Apesar de não incluirmos um programa de doutorado de três anos de duração, incluiríamos algum tipo de avaliação que se adaptasse a alguns dos nossos países. Estamos tentando estabelecer algum tipo de ligação com outros países para que possamos ter padrões comuns. Se conseguirmos estabelecer bons sistemas de avaliação, poderemos caminhar numa rota de *fast track*. Temos tido muito êxito, por exemplo, em fazer nossos alunos de doutorado participarem durante um ano, num “sistema sanduíche”, de cursos em países como a Alemanha, Reino Unido, França, Estados Unidos ou outros, o que contribui muito para sua formação. Um *fast track* poderia significar que sistemas mutuamente confiantes na qualidade da avaliação efetuada em outro país poderiam ampliar a mobilidade de seus alunos. Aliás, atualmente o Brasil não concede o número de bolsas de doutorado pleno no exterior, como fazia há alguns anos atrás, porque já dispõe de bons cursos de doutorado em praticamente todas as áreas do conhecimento.

Há duas coisas que constituem prioridade zero para nós da Capes. Em primeiro lugar, consideramos períodos de um semestre ou um ano de estudos no exterior, do tipo “pós-graduação sanduíche” durante o curso de doutorado. A idéia é que o aluno complete o mestrado no Brasil e receba bolsa de doutorado para fazer seus estudos no exterior. No caso do mestrado, o aluno poderá até ir para o exterior, desde que custeie seus estudos. Mas, no caso do curso de doutorado é uma prioridade do nosso fomento. Nossa outra prioridade são os cursos de pós-doutorado. Eles constituem uma ferramenta importante para a cooperação internacional. Devo ressaltar que consideramos o sistema de “graduação sanduíche” entre as instituições de ensino superior brasileiras como algo muito positivo. Cabe mencionar, por exemplo, a parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. Seria bom ampliar a dimensão nacional e internacional desses programas de cooperação.

Com isto apenas pretendia estimular a discussão, que podemos agora abrir.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Em primeiro lugar, essa ampla área de 45 países, entre Lisboa e Vladivostok, terá sempre instituições de ensino da mesma qualidade? É claro que isso nunca vai acontecer. A própria pergunta é meio sem sentido porque é lógico que haverá grandes diferenças em termos de qualidade, perfil e diretrizes entre essas diversas instituições. Aliás, isso é muito positivo. Os Estados Unidos constituem, em si mesmo, uma grande área de ensino superior? É claro que sim. Há outras instituições de ensino iguais ou semelhantes às instituições americanas? É claro que não. As instituições de ensino superior americanas são “fábricas” de Prêmios Nobel, o que fortalece o sistema norte-americano. É um sistema diferenciado, de grandes oportunidades, especialmente, em relação aos cursos de bacharelado e mestrado. Entretanto, temos que ter cuidado com os alunos, estando atentos para de onde eles vêm e qual a sua qualificação. Portanto, nossas instituições têm que ser capazes de avaliar não apenas os cursos, mas os alunos também. Por exemplo, ao receberem candidatos aos cursos de doutorado, elas têm que examinar não apenas o perfil do candidato, mas o da instituição de onde ele vem, estando cientes de que nunca haverá uma qualidade homogênea. Aliás, isso não seria nem positivo, nem correto.

Em relação ao doutorado em três anos, não somos tão céticos como vocês. Penso que é viável, mas há uma grande diferença entre as disciplinas. Também há certa diferença entre um doutoramento orientado para a ciência – que é similar à habilitação do sistema germânico – e um mais profissional, como por exemplo, o doutorado em educação que é ofertado nos Estados Unidos e pelo qual você tem que pagar porque não são concedidas bolsas de estudo. Todos esses sistemas de cursos de dois anos, três anos ou quatro anos não são direcionados para os alunos, individualmente, e sim para as instituições. Penso que a instituição deveria disponibilizar esses cursos, mas provavelmente os alunos só concluiriam esses programas em três anos e meio ou quatro anos, como acontece nos Estados Unidos com o bacharelado que tem uma duração média de quatro anos e meio a cinco anos. Por exemplo, na Alemanha, o doutorado em Física Experimental tem uma duração mínima de cinco anos. Mas essa deveria ser a nossa meta regular? Acho que não. Por quê? Porque após esse curso, no caso dos cientistas e professores de ensino superior, ainda temos cursos de pós-doutorado. Ou seja, temos

mais cinco a 10 anos para que o profissional esteja realmente qualificado. Então, penso que mesmo que a pessoa viva 100 anos ou até mais, ela não se tornará um professor universitário altamente qualificado antes dos 50 anos de idade. Pode ser absolutamente contraproducente não inserir nossos jovens no sistema educacional – quando eles têm capacidade e estão ávidos por aprender – e simplesmente confiar no fato de que possam aprender até, digamos, os 70 anos de idade. Já passei dos sessenta anos e tenho uma clara noção de que hoje sinto mais dificuldade em aprender coisas novas do que eu sentia antes dos 20 anos. Penso assim que a faixa etária a ser dedicada à educação deveria situar-se entre os 25 e 30 anos, não mais do que isso.

Minha última pergunta seria por que vocês não concedem “bolsas-sanduíche” de mestrado no exterior? O professor Janine lembrou que vocês só utilizam o sanduíche para o doutorado. Isso é uma pena. Bom, mas estamos nos desviando do nosso tema, porque isso nada tem a ver com o Processo de Bolonha e essa questão pode ser discutida posteriormente.

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Permita-me ser um pouco cético sobre o primeiro ponto que você levantou, comparando o sistema norte-americano com o europeu. Os Estados Unidos têm uma sociedade muito diferente, regulada pelo mercado, o que seus cidadãos aceitam muito bem. Um norte-americano sabe que é responsável por suas escolhas e tem plena consciência de que, se ingressar numa universidade ruim, enfrentará sérios problemas no futuro. A sociedade européia não pensa da mesma forma. Na Europa, como aqui, temos sociedades em que o papel do Estado é muito mais importante e predominante do que nos Estados Unidos. Assim, se o papel do Estado for mais amplo, isso significa que as pessoas vão se preocupar cada vez mais com o que o Estado tem a lhes oferecer, no tocante à igualdade de oportunidades, qualidade do ensino etc. Por exemplo, na Universidade de Bonn, essa é uma diferença muito importante. O controle do mercado ou pelo mercado não acontece em outras partes do mundo com o mesmo índice de sucesso que nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, no caso da reforma universitária, tivemos uma séria discussão entre os que achavam que o Estado é que deveria regular a educação, e os que argumentavam que cada instituição deveria fazer sua

própria escolha e ser responsável por ela. Na verdade, não seria bem a instituição que efetuará sua escolha: seriam seus alunos. O problema é que numa tradição mais européia, como a nossa, a responsabilidade do Estado como acreditador de qualidade é quase inescapável. Penso, além disso, que com toda a mercantilização da educação que enfrentamos no Brasil, com todos os cursos ruins que são oferecidos, geralmente na graduação, mas cada vez mais também por instituições *off shore*, que proliferam devido exatamente à falta de regulação adequada, seria arriscado renunciar o papel da avaliação semi-estatal. Digo “semi” porque, como afirmei antes, a Capes só funciona porque e enquanto chama pesquisadores respeitados para compor seus comitês.

Quanto ao fato de que também nos Estados Unidos há universidades boas e outras piores, penso que o padrão de qualidade das instituições da União Européia é superior ao norte-americano. Nos Estados Unidos, durante um período considerável houve uma abordagem comum em relação à educação de nível superior. Isso não aconteceu entre a Alemanha e a Tchecoslováquia, entre a França e a Eslovênia e assim por diante. Isso significa que você dar o aval de qualidade de uma instituição alemã ou francesa a outras instituições que não têm essa tradição de qualidade, isso pode gerar problemas futuros. Acho que podemos iniciar o debate agora.

Celso Pinto de Mello – Universidade Federal de Pernambuco e Vice-Presidente da SBPC⁹:

9. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Tenho duas perguntas sobre o Processo de Bolonha. Começo explicando o porquê das minhas perguntas. Na proposta de reforma da educação superior no Brasil, foi sugerido que deveríamos ter flexibilidade curricular e a possibilidade de prazos de 3 + 2 + 3, ou pelo menos, a graduação ser dividida em ciclos diferentes. Entretanto, durante o debate, houve muita reação por parte das associações profissionais, como a Ordem dos Advogados, Associação dos Médicos, entre outras, argumentando que os profissionais dessas áreas não poderão ter uma formação completa se o curso for dividido em níveis diferentes. Essa é a minha primeira preocupação em relação ao Processo de Bolonha. Como podemos solucionar esse problema dos cursos de Direito, de Medicina e outros?

Meu segundo questionamento é em relação à mobilidade. Quando se fala de mobilidade e cooperação internacional há um ponto que nunca é mencionado, que é a questão demográfica, o fato de que a população européia está diminuindo e, por isso, há uma crescente necessidade de recrutamento de mão-de-obra. É lógico que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, podem fornecer muitos jovens brilhantes para suprir essa carência. Como podemos fortalecer a cooperação entre o Brasil e a Alemanha, entre o Brasil e a Europa, de tal maneira que ela seja vantajosa para ambos os lados?

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

Vou acrescentar um comentário do ponto de vista da universidade. Concordo plenamente que uma regulação estrita dos programas de doutorado em três anos para qualquer disciplina é uma estupidez e não tem nenhum sentido. As universidades alemãs, especialmente aquelas que mais se destacam, jamais concordarão com um sistema desses e nem sequer o considerarão. Essa é a minha resposta, como Reitor de uma dessas universidades de renome na Alemanha. Portanto, o que quer que seja decidido nesse sentido não será levado em consideração, porque acreditamos que um programa de doutorado não é um mero curso e sim todo um programa de pesquisa que fica a cargo da universidade disciplinar. Se esse programa tem uma duração de um, dois, ou cinco anos depende da inteligência do aluno, da viabilidade do programa e da oferta de disciplinas. Esta é a minha resposta.

Gostaria ainda de tecer outro comentário. Concordamos que a mobilidade acadêmica e a internacionalização são muito importantes. Dou um exemplo de minha universidade. Cerca de 20% de nossos alunos são estrangeiros, vindos de 104 diferentes países. Então, já somos uma universidade internacionalizada.

Voltando à sua pergunta, vou dar uma breve resposta. Há programas de estudo com duração de cinco anos e, com o Processo de Bolonha, fomos obrigados a dividi-los, de alguma forma, mas a maneira de fazer essa divisão está a cargo de cada universidade, considerando sua especificidade. No caso da Engenharia, é a mesma coisa. Numa universidade dedicada à pesquisa, o aluno tem que estar ciente de que se trata de um programa com duração de cinco anos, sendo que

há um ciclo intermediário que é justamente o que chamamos de bacharelado. Entretanto, o objetivo final é a obtenção do título de mestre ou doutor, seja lá qual for, ao final do período de cinco anos.

Quanto à migração ou ao “*brain drain*”, na Alemanha enfrentamos um problema semelhante porque muitos dos nossos alunos vão estudar nos Estados Unidos e nem todos voltam. Contudo, não devemos temer isso. Devemos nos preocupar, sim, em sermos competitivos na pesquisa. No momento em que você abre espaço para desenvolver esse tipo de intercâmbio acadêmico no seu país, tem de enfrentar a competitividade na pesquisa e oportunidades de ensino entre diferentes universidades. Precisa ter consciência de que isso vai acontecer. Não pode simplesmente fazer uma coisa sem estar sujeito à outra. São coisas paralelas, mas nem por isso se deve temer a evasão de profissionais brilhantes porque, no momento em que se torna competitivo e atrativo, também passa a receber esses profissionais de outros países. É uma via de mão dupla.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Concordo plenamente com sua última observação. Não acho que a evasão de profissionais seja realmente um problema para os países que exportam esses profissionais, desde que sejam suficientemente competitivos e atrativos para captá-los de volta um dia. Na verdade, a maioria retorna ao seu país de origem depois de algum tempo. Há dois anos, discuti exatamente essa questão com o Ministro da Educação da China, quando ele visitou Bonn e lhe perguntei: “Vocês mandaram tantas centenas de milhares chineses estudar no exterior e somente alguns retornaram. Vocês querem continuar com esse tipo de política?”. E ele me respondeu: “Nós enviamos 585 mil chineses para o exterior durante os últimos 10 anos e, destes, voltaram 214 mil. Isso significa que temos que mandar ainda mais chineses para o exterior para que voltem ainda mais”. Essa foi a sua resposta. Estou seguro de que essa seja uma estratégia da China, para que os alunos se infiltrem cada vez mais em outras instituições de ensino superior.

Se examinarem o perfil dos docentes nas instituições universitárias ou técnicas dos Estados Unidos, verificarão que 50% dos alunos de pós-graduação, especialmente alunos

dos cursos de doutorado, são asiáticos e, dentre eles, 50% são chineses. O que isso significa para os Estados Unidos? Não podemos simplesmente construir uma cerca ao redor dos países de vocês. Se esses alunos quiserem ir para o exterior, que vão. Portanto, é melhor usar a mobilidade acadêmica como uma via de mão dupla. Como já disse, não lamento que tenhamos bons cientistas alemães nos Estados Unidos, desde que possamos manter contato com eles. Esse é o ponto principal. Precisamos ter programas capazes de transformar essa perda em algo positivo e fortalecedor. Este é meu conselho e posso falar isso francamente porque trabalhamos com ambos os lados. Não apenas captamos profissionais e alunos do exterior como também enviamos os nossos. E fazemos isso não visando que eles permaneçam depois na Alemanha, mas para que os possamos ter aqui, novamente, como amigos.

Em relação aos cursos de Medicina e de Direito, não fazem parte do Processo de Bolonha. Segundo a regulação européia, os cursos de Medicina têm uma duração de pelo menos seis anos para a obtenção da primeira habilitação e depois mais cinco anos para a obtenção do título final de *Facharzt*, como chamamos. No caso do curso de Direito, a legislação é muito específica. Temos dois exames estaduais. O curso completo dura de quatro a cinco anos e mais dois, totalizando sete anos. Há ainda três anos de doutorado, ou seja, 10 anos, no total. Só então, você talvez tenha idade suficiente para se tornar um juiz. Novamente aqui, o Estado alega que esse regime não se adapta ao Processo de Bolonha.

Mas o Regime de Bolonha não significa que, de agora em diante, tenhamos de rotular todas as instituições com um título de mestrado. Pode haver equivalência. Eles podem ter o seu curso de mestrado e podemos ter o nosso e temos que avaliar qual é o melhor sistema. Não há nada a temer.

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Se houver mobilidade acadêmica, o seu curso de mestrado pode incluir um ou dois semestres num país sem a menor tradição ou qualidade. Por que não? Talvez eu não tenha sido bastante claro no que afirmei. Meu questionamento é que uma coisa é ter um sistema de avaliação que disponibilize informações que sejam transparentes e públicas. Outra coisa é o aluno escolher sua carreira, escolher o local onde quer estudar

e depois ter de enfrentar situações que ele não conseguiu antever. Esse é o problema. No momento em que se fala do espaço europeu, se não houver um sistema transparente que englobe todos os países, os alunos podem ter de incorrer em sérias desvantagens, simplesmente porque não tiveram acesso às mesmas informações que colegas seus mais ricos, oriundos de famílias influentes, puderam obter. Há uma injustiça nesse quadro. Se o Estado abdica da função de avaliar e acreditar, ou se acredita automaticamente sem avaliar, uma série de decorrências injustas virá à luz – pelo menos nos países que, diferentemente dos Estados Unidos, não têm a tradição de dar prioridade à escolha que o consumidor faz do produto. E esses países de que estou falando são, justamente, os europeus! É isso que desejo ressaltar.

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

Não é necessário estabelecer uma comparação e avaliação conforme os padrões europeus. É necessário que haja sim um *ranking* de universidades e titulações, e isso já existe. No momento, pode não ser oficial, mas será oficial em breve e cada vez mais transparente. Mesmo na Alemanha, isso é muito conhecido. Se uma grande companhia como a Bosch ou a Siemens procurar um engenheiro na Alemanha ou em outro país europeu, eles sabem exatamente onde estão localizadas as melhores escolas – e isso tem de ser transparente para os alunos. É isso o que importa. Aliás, isso também é fundamental para as próprias universidades, a fim de que se tornem competitivas. É decisivo que elas sejam capazes de mostrar resultados positivos na área da educação, por meio do sucesso de seus alunos na vida privada e profissional. Penso que isso faz parte do Processo de Bolonha e é muito importante que esteja sendo considerado pelas universidades.

Na realidade, as universidades estão desenvolvendo esse tipo de sistema e coletando esse tipo de dados porque sabem que terão de enfrentar a competitividade de outras instituições de ensino superior. Os alunos mais brilhantes procuram sempre saber onde podem ter um melhor nível de ensino e onde são maiores as probabilidades de ter uma carreira mais promissora no futuro. Se as universidades quiserem competir entre si, têm de ser responsáveis pela qualidade de seus cursos, têm de comprovar uma avaliação de desempenho e um sistema de segurança de qualidade que possam assegurar que

seu nível educacional permaneça o mesmo ou até melhor. É responsabilidade da universidade se preocupar com seu nível de competitividade no futuro, mais do que se preocupar com a legislação nacional ou europeia que lhe venha a ser imposta. Aliás, esse tipo de regulação vai ser sempre falho, porque vai definir um padrão mínimo e não buscar o melhor.

Sonia Regina Pontes – Fundação Getúlio Vargas:

Eu trabalho na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e minha pergunta é para o Professor Renato Janine, levando em conta o que disse o Dr. Hippler. Pois bem, se estudantes europeus vierem para o Brasil depois de concluírem seu bacharelado, a fim de começar seu curso de mestrado, o diploma deles de três anos será considerado como um diploma de graduação em nosso país?

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Penso que sim. De qualquer forma, vocês devem saber que a legislação brasileira exige que todos os títulos obtidos no estrangeiro sejam reconhecidos por uma universidade brasileira que ministre o mesmo curso. Portanto, isso depende do curso.

Sonia Regina Pontes – Fundação Getúlio Vargas:

Continuando, minha segunda pergunta é a seguinte: um título de mestre obtido na Europa é correspondente ao título de mestre no Brasil e, portanto, capacita seu detentor a se matricular num programa de doutorado?

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Vale a mesma regra legal: o reconhecimento por uma universidade brasileira que tenha um curso de mestrado, na área, recomendado pela Capes.

Emílio José de Castro e Silva – Universidade Federal da Bahia:

Estamos muito interessados no intercâmbio de programas de graduação. Minha pergunta é sobre os estudantes de graduação que moram na Europa, onde o custo de vida é muito alto, comparado com o preço das coisas aqui no

Brasil. Estamos negociando, individualmente, com algumas universidades da Alemanha para obter algumas bolsas que facilitem a vida dos brasileiros que estão fazendo seus estudos de graduação naquele país. Tivemos algum sucesso nessa parceria, especialmente com as Universidades de Bremen e de Passau. Entretanto, se o DAAD tivesse um programa que permitisse institucionalizar esse tipo de parceria, poderíamos aumentar significativamente o número de estudantes de graduação que enviaríamos ao exterior.

Outra coisa que poderia facilitar todo esse processo seria o incentivo ao acesso grátis a cursos de língua alemã em nossas universidades para esses alunos, porque, num país de tanta desigualdade como o Brasil, aprender um segundo idioma é um privilégio social. Portanto, se pudéssemos oferecer aulas de alemão a um maior número de estudantes, poderíamos ampliar o número de alunos de graduação estudando no exterior, bem como os de pós-graduação.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Penso que algumas das bolsas que os alunos recebem de Bremen e Passau também são financiadas pelo DAAD, porque damos milhões de euros para nossas universidades e seus programas de intercâmbio e cooperação acadêmica. Mas também temos alguns acordos de cooperação internacional entre universidades brasileiras e alemãs, incluindo cursos de língua e intercâmbio de professores.

Os recursos do DAAD são limitados e a nossa política, tradicionalmente, tem sido no sentido de investir em professores de ensino superior que sejam mais brilhantes e dedicados. Nos últimos anos, o financiamento dos alunos de graduação tem sido cada vez mais importante. Essa é uma política comum da Capes e do DAAD. Foi a partir daí que nós criamos o Programa UNIBRAL que é um programa de intercâmbio para grupos de alunos da mesma área, com a condição que seus produtos sejam reconhecidos pela universidade de origem e com o objetivo de terem uma dupla diplomação (num programa de quatro a seis anos) para harmonizar e integrar alguns módulos, possibilitando que esses graus sejam equivalentes. A Capes só pode financiar alunos de graduação quando há objetivos políticos envolvidos porque nós somos uma agência financiadora de estudos de pós-graduação. Então, há essa oportunidade, mas os alunos

não podem se candidatar individualmente. Tem que haver um professor que coordene esse tipo de programa e que seja responsável pelos contatos com a universidade alemã.

Em segundo lugar, os recursos são limitados e, até agora, nós concentramos nossos esforços em alunos de doutorado porque mais tarde serão professores de universidades e irão trabalhar em programas de cooperação acadêmica.

O Processo de Bolonha e as Engenharias

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

A razão principal da minha visita é que minha universidade tem muitos alunos estudando aqui no Brasil. Estamos planejando formar o Clube dos Alunos de Karlsruhe aqui no Brasil, no qual nossos alunos possam se reunir e discutir como apoiar o intercâmbio de alunos que desejem estudar em Karlsruhe ou outros alunos de Karlsruhe que estejam interessados em vir para o Brasil.

Além de ser Reitor da Universidade de Karlsruhe, eu também sou o Presidente do TU9, que é um grupo de nove universidades técnicas distribuídas por toda a Alemanha. São as universidades técnicas mais antigas do nosso país, fundadas no séc. XIX. Estão localizadas em Hannover, Braunschweig, Berlin, Aachen, Dresden, Darmstadt, Karlsruhe, Stuttgart e Munique. São as universidades que ministram os principais cursos de Engenharia na Alemanha. Portanto, o tema da minha apresentação será a posição dessas universidades que formam o TU9 no tocante ao Processo de Bolonha e à educação superior na área de Engenharia.

Já foi mencionado aqui que o objetivo da Declaração de Bolonha é criar um “Espaço Europeu de Ensino Superior” até 2010, mas, como o Dr. Bode já mencionou, esse é um objetivo extremamente ambicioso que certamente não conseguiremos alcançar nesse prazo. Isso não significa que não possamos continuar tentando. Penso que realmente, dentro de uma Europa unificada, precisamos ter um Espaço Europeu de Ensino Superior que seja comum a todos os países. Entretanto, o fato de esse espaço ser unificado não significa que seja absolutamente igual em todos os países. Temos o orgulho, nos diversos países europeus, de manter as peculiaridades das nossas tradições e

diferenças culturais. Essas culturas têm que sobreviver numa Europa unificada. Nisso reside a força da Europa, que tem de se refletir no Espaço Europeu de Ensino Superior.

Agora, vejamos a posição das nove principais universidades técnicas. Somos favoráveis ao Processo de Bolonha, uma vez que ele propicia uma oportunidade para uma maior competitividade entre os sistemas de ensino superior. Isso significa que, se tivermos um sistema educacional estruturado, será bem mais fácil comparar a qualidade e os resultados obtidos. Entretanto, criticamos o fato de que, na Alemanha, particularmente, os políticos decidiram que a implementação do programa de bacharelado/mestrado tem que ser feita de forma similar, sem considerar as peculiaridades das diferentes culturas e disciplinas. Consideramos que isso é muito negativo. Pode-se realmente atingir uma educação superior de qualidade, num prazo de três anos, em algumas áreas, mas no caso dos cursos de Engenharia isso é impossível, assim como nos de Medicina, Química e Física. É por isso que a meta dos cursos de Engenharia, nessas universidades que fomentam a pesquisa, é de um curso com duração de cinco anos. Isso significa que apenas o mestrado pode substituir o diploma anterior, se o bacharelado se tornar uma interface com mobilidade, sem ser um grau para o emprego na indústria.

Voltando ao sistema alemão de ensino superior de Engenharia, temos três tipos de universidade desenvolvendo esses cursos. Primeiro, as universidade de educação cooperativa, onde se recebe um treinamento direcionado especificamente para a área de Engenharia. A formação é direcionada e financiada pelas indústrias. É um tipo de educação especial que tem sido extremamente bem-sucedida na qualificação de bons profissionais para a área empresarial. Em seguida, temos as universidades de ciências aplicadas, onde há programas de treinamento para engenheiros expressamente direcionados para a Ciência Aplicada – portanto, disponibilizando, essencialmente, conhecimento aplicado. Os alunos egressos desse tipo de universidade recebem conhecimento para aplicação imediata. Finalmente, temos as universidades direcionadas à pesquisa, que se consideram como tendo um objetivo inteiramente diferente. Elas entendem que a educação superior na área de Engenharia deve ter um perfil direcionado essencialmente para a inovação e pesquisa. Isso significa que elas têm um *insight* muito mais profundo das bases científicas da Engenharia. Talvez esteja aí a solução para nossos problemas futuros.

Voltando a nossos engenheiros, qual deve ser o perfil de um engenheiro após um programa de estudos de ensino superior com duração de cinco anos? Em primeiro lugar, o mestrado deveria garantir que a formação do engenheiro fosse orientada para a pesquisa e inovação; que ele tenha um profundo conhecimento tecnológico; que ele tenha criatividade como base para a inovação científica. Na verdade, não podemos *criar* essa criatividade, mas podemos *treinar* a criatividade que existe em nós para ser usada na inovação científica. Consideramos essencial que nossos alunos do curso superior de Engenharia sejam capazes de descobrir e formular novos problemas, bem como desenvolver estratégias e propor soluções para esses problemas. Acho que isso só pode ser feito num programa de formação, com uma duração mínima de cinco anos numa universidade. Além disso, é fundamental que essas universidades que formam nossos engenheiros tenham posição de destaque na indústria e na área econômica e empresarial do nosso país.

Quanto à estrutura desses programas, não vou entrar em detalhes específicos, mas ainda estamos considerando a integração de um programa de bacharelado/mestrado, com duração de cinco anos e outros programas consecutivos de 3+2 anos. Na Alemanha, alguns Estados permitem esses programas integrados com duração de cinco anos no caso da educação superior em Engenharia, enquanto outros não aceitam essa modalidade. Ainda há muita controvérsia a esse respeito.

Esses programas são extremamente concentrados nos primeiros semestres, nos dois primeiros anos e, depois, você tem menos teoria básica e metodologia, partindo para a teoria aplicada e pesquisa. Nesse tipo de programa contínuo, no 7º semestre você pode desenvolver um programa de pesquisa ou ingressar num programa de intercâmbio no exterior, o que é impossível de ser feito num programa consecutivo de bacharelado/mestrado. É extremamente difícil.

Há sempre o eterno debate entre quanto um engenheiro dedicado à pesquisa deve obter de conhecimento e que tipo de formação e treinamento ele deve receber.

Segundo o antigo programa de treinamento, em que você tinha o pré-diploma, num programa de quatro anos nas universidades técnicas, você ainda não alcança a empregabilidade desejada, mas com o Diploma, você claramente se qualifica na área de Engenharia para iniciar um programa de PhD, ou se dedicar

à pesquisa, por exemplo. Se você optar pelo novo sistema e substituir o antigo programa com duração de cinco anos pelo novo programa de bacharelado/mestrado, o aluno pode ter algumas opções. Ao concluir o bacharelado, ele atinge o nível exigido de empregabilidade, podendo trabalhar nas indústrias e empresas, mas ele ainda precisa cursar outros programas de treinamento e concluir sua formação para efetivamente ser um engenheiro. Você não será engenheiro apenas com o treinamento, mas pode concluir sua formação de engenheiro por meio de um programa de mestrado, por exemplo.

Quanto às universidades de Ciências Aplicadas, se você tiver um bom programa direcionado para a Ciência Aplicada, com o tipo de bacharelado que elas oferecem, o estudante pode facilmente adquirir a qualificação de Engenharia e pode até ingressar num programa de mestrado para fortalecer seu campo de aplicação e se tornar um engenheiro. Entretanto, o engenheiro que está cursando o mestrado nas universidades tradicionais e o engenheiro que cursa o mestrado nas universidades de Ciências Aplicadas são ambos engenheiros qualificados, mas com perfis diferentes. No caso do doutorado, você pode estabelecer a diferença da qualificação dependendo da universidade e do campo da pesquisa. O que você não pode fazer é – nesse tipo de programa com duração de três anos – forçar um bacharel em uma dessas universidades dedicadas à pesquisa a se tornar um engenheiro porque faltará tempo para isso. Por outro lado, se você alongar o tempo desse tipo de curso, fica sem sentido porque você acabaria transformando sua formação num curso de Engenharia de uma universidade de Ciências Aplicadas.

Agora vou abordar brevemente a questão dos programas de doutorado. Quanto tempo leva para concluir uma tese de doutorado, quer seja em uma universidade que tenha um programa de treinamento específico ou não? No TU9, nós consideramos que o programa de PhD não é um programa de treinamento universitário. É o primeiro trabalho de pesquisa que um engenheiro qualificado ou um cientista qualificado tem que fazer. Se um professor quiser trabalhar com um aluno de doutorado, tem que lhe pagar 60 mil euros por ano. Isso significa que o aluno não pagará a anuidade, mas o professor paga ao aluno pela sua tese de doutorado porque isso é considerado pesquisa. Portanto, se você é responsável por 10 alunos PhD, você tem que alocar 600 mil euros/ano para financiar esse grupo de pesquisa. Essa é a grande diferença e é

por isso que esse não pode ser considerado como um programa de treinamento da universidade. Isso é puramente pesquisa aplicada. Essa é a primeira prova do nível de pesquisa que nós atingimos durante o programa.

O que nós precisamos das universidades é a garantia de qualidade. Como as universidades podem conseguir isso? Elas têm que mostrar, com transparência, que irão gerar uma qualificação nos seus programas de treinamento de tal forma que os engenheiros poderão trabalhar além dos limites do conhecimento tecnológico existente, promovendo inovação e assumindo posições de destaque na indústria e na academia. Além disso, esses engenheiros que se dedicam à pesquisa e inovação desempenham um papel crucial para aumentar a competitividade da economia européia. A informação depende da educação, com uma forte base científica e exige que essa qualificação seja no nível do segundo ciclo de mestrado, ou acima disso, até atingindo o nível de um programa de doutorado. Então, as universidades têm que demonstrar que possuem essa capacidade e ter transparência, estabelecendo um sistema que propicie e controle esses resultados. Esse sistema de garantia de qualidade tem que ser aprovado por outros profissionais que vão reconhecer que o sistema de garantia de qualidade é bom. Ou seja, o resultado é sempre checado internamente e facilmente controlado do exterior. Mas a avaliação da qualidade é de responsabilidade de cada universidade. Na Alemanha, particularmente no Estado de Baden-Württemberg, a legislação estabelece que a universidade seja responsável pela qualidade de seus programas de estudo e pela avaliação desses programas. Portanto, não é necessária uma avaliação que seja controlada e sim uma avaliação do sistema de garantia de qualidade.

Aqui vocês têm mais duas frases que indicam dois postulados da nossa garantia de qualidade. Nós precisamos de programas de formação adicional, particularmente, aqueles das universidades de Ciências Aplicadas para complementar a formação superior em Engenharia. Entretanto, o importante é que não pode haver automatismo e, uma vez concluído o primeiro ciclo, independente de que universidade o aluno seja, ele poderia ingressar automaticamente num segundo ciclo de uma universidade dedicada à pesquisa. Não é assim que funciona. Isso não é automático. O aluno tem que demonstrar que tem a qualificação necessária para ingressar num programa de Mestrado.

Agora vamos falar um pouco da acreditação no caso da formação superior em Engenharia. Acreditação é uma palavra difícil porque tem vários significados dependendo do idioma. Mesmo na língua inglesa, ela é usada com diferentes significados. No momento, na Europa, nós estamos discutindo um tipo de acreditação acadêmica para os cursos de Engenharia. Entretanto, no âmbito internacional, isso não é padronizado. No nível internacional é necessário que haja um tipo de acreditação profissional. É necessário que sua formação superior em Engenharia seja considerada válida e comparável à acreditação de outros países. No caso dos engenheiros, por exemplo, é importante ser acreditado pelo Acordo de Washington que lhe permite exercer a profissão de engenheiro onde quer que você se estabeleça para abrir um escritório de Engenharia.

Para competir com o Acordo de Washington, você precisa criar um sistema de acreditação acadêmica da formação superior em Engenharia e não procedimentos isolados de acreditação para cada Estado. Ao estabelecer o comparativo, o importante não é verificar os conteúdos do programa de estudos, mas sim os resultados da aprendizagem de acordo com o perfil das universidades. Novamente, o que você precisa checar é a acreditação dos programas de garantia da qualidade que a universidade tem. Isso pode ser feito pelo Acordo de Acreditação Europeu. Entretanto, nós achamos que o que está sendo feito no momento no arcabouço educacional, tanto da Alemanha quanto nos demais países da Europa, não captura os elementos essenciais da formação em Engenharia. Portanto, há uma reivindicação forte por um tratamento especial no caso da formação em Engenharia no âmbito do sistema de acreditação europeu. Você tem que respeitar as especificidades das diferentes disciplinas quando você faz a acreditação, tanto profissional, quanto acadêmica e eu considero que isso tem sido negligenciado. Por exemplo, eu acho que não há maneira de se comparar um programa de estudos de História com um de Engenharia Elétrica. Portanto, acho que devemos deixar de lado essa comparação direta e buscar o sistema de garantia de qualidade de ensino da instituição. Nós devemos tentar ver se a universidade é capaz de cumprir suas metas e diretrizes, possibilitando ao aluno ter conhecimento direto de qual será a sua qualificação ao sair da universidade e saber o que deve fazer para obter algum tipo de acreditação que lhe assegure que a universidade realmente faz aquilo que se propõe.

O Processo de Bolonha e as Escolas de Ciências Aplicadas

Klaus Niederdrenk – Universidade de Ciências Aplicadas de Münster:

Eu estou representando uma Universidade de Ciências Aplicadas, que é uma instituição diferente. Nossa instituição foi fundada há 35 anos como uma das primeiras universidades de Ciências Aplicadas em Münster. Nós somos uma das maiores: temos 40 programas de estudo em Engenharia, Ciências Sociais, Administração de Empresas, Arte e Desenho. Temos cerca de 10 mil alunos. Em relação à educação, especialmente à formação em Engenharia, 70% de todos os alunos de pós-graduação em Engenharia na Alemanha se formam numa universidade de Ciências Aplicadas. O Professor Hipler se referiu aos 30% que se graduam nas universidades técnicas tradicionais. Portanto, eu acho que devemos optar por esse caminho dos cinco anos e não acrescentar uma etapa intermediária. Mas no caso do nosso sistema educacional, para os 70% de engenheiros que são necessários na economia, nós podemos optar por duas etapas e vou mostrar a vocês como podemos fazer isso.

Em primeiro lugar, nós temos que analisar as duas tendências principais da política da União Européia. Isso significa que temos que examinar não apenas as metas do Processo de Bolonha, mas as da Estratégia de Lisboa também. Quanto às metas da Estratégia de Lisboa, você deve envolver a sociedade, a economia e não apenas o sistema universitário. Nós temos dois Relatórios da Comissão Européia onde são mencionados alguns itens especiais que são necessários para que as universidades possam alcançar as metas da Declaração de Lisboa. Nós temos que focar nossa atenção nos grupos especiais. Temos que acrescentar novos métodos de ensino e integrar um mix de disciplinas e competências no currículo. É isso que nós estamos tentando fazer na Universidade de Ciências Aplicadas e não apenas fortalecer a educação em uma determinada disciplina ou área. Nós estamos buscando integrar competências adicionais de outras disciplinas, visando a empregabilidade. Esse é o principal objetivo da nossa universidade.

Vou dar algumas informações adicionais para que vocês possam reconhecer que nós partimos de níveis diferentes. Vocês podem verificar que o gasto público com educação

na Alemanha é menor do que a média, conforme o último relatório da OCDE¹⁰, de dezembro de 2005. Os gastos com educação representam 5,3% do PIB na Alemanha, em relação à média de 5,8%. A média para o Brasil é de 4%, conforme o Google. Esses são os primeiros dados.

Nós começamos num nível diferente em relação aos gastos públicos com P&D. A meta da Estratégia de Lisboa é 3% e essa diferença entre o percentual de 2,5% da Alemanha e os 3% das metas de Lisboa representam 10 bilhões de euros por ano. São necessários 10 bilhões de euros para que possamos alcançar a meta de Lisboa, no montante de 3%. Nosso governo está afirmando que 2/3 desse montante tem que ser investido pela economia. No caso do Brasil, esse percentual é de 1%. Isso é muito positivo, se comparado com outros países da União Européia que têm taxas ainda mais baixas.

Um outro problema que enfrentamos na Alemanha é o problema das quotas dos candidatos às nossas universidades. Isso não pode ser comparado com outros países estrangeiros porque eles têm um sistema de educação profissional além do nosso sistema universitário. É o que nós chamamos de sistema educacional dual, via instituições de ensino e empresas. No caso de muitas profissões, a formação educacional é feita pelo sistema universitário, portanto, não pode haver uma comparação precisa. Mas essa taxa não é boa para nós, apenas 36% da população se insere num programa de estudos em uma universidade da Alemanha. No Brasil, esse percentual é de 30%, mas essa é uma meta a ser alcançada até 2010. Essa taxa realmente não é boa, mas muito pior é a quota de graduados, ou seja, o percentual destinado a uma população específica. Vocês podem verificar, por essa publicação em 2005, que apenas 19% dessa população ingressou na universidade em 2003. Você não pode comparar esses dois percentuais referentes ao ano de 2003 porque os primeiros alunos só vão se graduar em quatro, cinco ou seis anos e, nesse meio termo, outros alunos vão aderir ao programa e nem a metade deles terminará sua graduação. Esse percentual é muito pequeno para a Alemanha e nós temos que aumentar esse número. Essa é a razão pela qual nós precisamos de universidades de Ciências Aplicadas também.

Essa é a nossa visão do Processo de Bolonha. O caminho tradicional é de uma via apenas, ou seja, você tem um programa de estudos completo com duração de quatro ou cinco anos e será concluído com o Diploma, uma Licenciatura

ou um Exame Estadual. Em seguida, o aluno participará de uma outra qualificação científica, um programa de PhD ou um outro programa universitário, ou então, optará por um emprego. Essa é a maneira tradicional.

O Processo de Bolonha dará aos estudantes várias outras chances de seguirem caminhos individuais nas suas profissões. Você pode iniciar com um programa de bacharelado, com uma duração de 3 a 3,5 anos em todas as universidades. Não pode exceder esses três anos e meio porque ambos os programas – o bacharelado e o mestrado – têm que ser concluídos dentro de cinco anos. Se o aluno levar quatro anos para concluir seu bacharelado, terá apenas mais um ano para prosseguir com o seu mestrado e isso é muito pouco tempo. Um ano significa que você terá apenas um semestre para a parte teórica e um outro semestre para fazer a sua dissertação de mestrado. Não é possível se obter uma alta qualificação em tão pouco tempo. Depois, você pode sair da universidade, conseguir um emprego e inserir o mestrado entre os dois. Dessa forma, depois de alguns anos, você terá realmente uma formação de mais alto nível e ascender a uma melhor posição profissional. Ou então, como terceira opção, você pode optar pelo programa de mestrado. É isso que o TU9 está pensando em fazer no seu sistema de qualificação da área de Engenharia. Em seguida, você pode deixar a universidade ou continuar no terceiro ciclo.

Falando em uma perspectiva dos próximos 10 anos, os estudantes que concluíram o bacharelado vão sair da universidade, conseguir um emprego numa empresa e, nesse ínterim, vão obter uma qualificação de mais alto nível num programa de estudos de tempo parcial. Isso significa que temos que pensar em outras formas de ofertar os programas de mestrado. Acho que isso vai ter que ser implementado nos próximos 10 anos.

Uma outra possibilidade que estamos aventando é que tanto o bacharelado como o mestrado não sejam ofertados na forma de uma via única e sim por meio de um conjunto de várias disciplinas integradas. Por exemplo, no caso de um programa de bacharelado em Engenharia Mecânica, você pode acrescentar um programa de mestrado com a oferta das mesmas disciplinas. Ou então, você pode optar por fazer o mestrado numa outra área, como Administração de Empresas para conseguir uma outra qualificação. Na nossa universidade, por exemplo, nós estamos oferecendo o Mestrado em Ciência Logística para que

os alunos obtenham uma qualificação adicional. Isso significa que, nesse sistema de duas etapas, após a primeira etapa, tem que haver um sistema rotativo que pode ser implementado da seguinte forma: a) freqüentando uma universidade, de preferência no estrangeiro, por meio dos programas do DAAD ou similares; b) optar por uma outra habilitação, ampliando o leque das suas perspectivas profissionais. O mesmo acontece com o programa de mestrado. Você pode integrar diferentes qualificações no nível do bacharelado num programa de mestrado. Por exemplo, se você concluiu o seu bacharelado em Engenharia Mecânica, Engenharia Civil ou Administração de Empresas, você pode se inscrever num programa de mestrado em Logística ou Gerenciamento Empresarial. No momento, nós estamos estudando essas possibilidades de junção dessas duas etapas e diferentes possibilidades que podem ser integradas dessa forma.

Nós estabelecemos programas de cooperação acadêmica entre universidades alemãs e universidades latino-americanas há 10 anos, como por exemplo: México (1), Costa Rica (1), Colômbia (2), Brasil (Universidade Católica de Curitiba e Recife, que são duas universidades privadas), Chile (1) e Argentina (1). Esses programas funcionam da seguinte maneira: os estudantes ingressam num programa de estudos 10 semestres, sendo que 06 semestres são cursados na universidade de origem onde eles cobrem todos os fundamentos científicos e cursos de língua estrangeira. Os últimos 04 semestres são cursados em Münster. Nós recebemos 30 alunos nesse tipo de programa de intercâmbio, enviamos cinco alunos para universidades da América Latina e depois integramos cinco alunos dessas universidades latino-americanas novamente em Münster. Nós mudamos a estrutura do programa para 09 semestres para recebermos os estudantes brasileiros, sendo que 06 semestres são cursados no Brasil e três semestres na Alemanha. O sistema de graduação mudou na Alemanha. Há alguns anos, os estudantes obtinham o título de Tribsfür, que é o Diploma em Administração de Empresas e agora recebem o título de Bacharelado em Administração de Empresas. Como é um programa que prevê a concessão de dois graus, o segundo grau é concedido na universidade latino-americana, ou seja, é a universidade de origem do estudante. Por exemplo, no Brasil, o aluno vai receber o grau de Bacharel e na Colômbia de Licenciado. Em seguida, o aluno pode ingressar num programa de mestrado. Nós já elaboramos dois programas de mestrado

na Alemanha e queremos integrá-los com outros programas de mestrado em universidades da América Latina. Esses dois programas de mestrado que temos atualmente são: Mestrado em Gerenciamento Internacional e Mestrado em Logística. Ambos pressupõem que o estudante tenha concluído o seu bacharelado.

Como vocês podem ver, nós mudamos a estrutura do curso de 8 para 7 semestres, ou seja, para um programa de 3,5 anos. Todos os outros programas de bacharelado têm uma duração de três anos. Acho que os alunos brasileiros, por exemplo, podem ingressar numa universidade após 11 anos de estudos. Na Alemanha, são necessários 12 ou 13 anos de escolaridade para ingressar na universidade, portanto, os primeiros dois semestres são separados e os alunos brasileiros ingressam nos semestres subsequentes. Acho que ficou claro como nós integramos o novo sistema e como mudamos a estrutura do Diploma para o sistema de Bacharelado/Mestrado. Uma outra informação importante sobre o Processo de Bolonha e de Lisboa é que, em geral, $\frac{1}{4}$ dos programas de estudo já foram alterados nas universidades da Alemanha.

Este último ponto que vou mencionar é muito importante. Tem que haver uma aceitação por parte da indústria desse novo sistema. Nós só conseguiremos isso se conseguirmos a empregabilidade dos novos graduados do bacharelado e acho que nós das universidades de Ciências Aplicadas podemos contribuir para que isso se torne uma realidade. A maioria dos estudantes conclui o bacharelado, mas alguns deles fazem o mestrado ou outros programas mais específicos. A admissão nos programas de mestrado ainda não está muito clara para as universidades. Esse é um problema adicional que temos que resolver.

A avaliação da Estratégia de Lisboa foi feita em 2004, numa Conferência de Cúpula da União Européia e foi bastante desestimulante porque nós estamos muito atrasados. As reformas têm que ser aceleradas e há alguns problemas específicos porque não vamos conseguir atingir as Metas de Lisboa até 2010. Precisamos de mais tempo.

Eu já mencionei a meta de alcançarmos 3% do PIB. Para tanto, precisamos de 10 bilhões de EUROS/ano e isso é impossível atualmente. O que nós já ouvimos antes e que está expresso nas publicações oficiais da União Européia é que ainda há alguns problemas relacionados ao Processo de

Bolonha e de Lisboa. Um deles é a tendência à uniformidade e igualdade. Isso não é bom para vários sistemas nacionais. São necessários sistemas diferenciados com diversos perfis e o sistema nacional não permite isso.

Além disso, há diferentes regras e diretrizes centralizadas que impedem a mobilidade. Isso também não é bom. Como podemos integrar os semestres que foram cursados no exterior no programa de bacharelado? É mais difícil fazer isso no programa de bacharelado do que no diploma. Como podemos integrar os semestres cursados no exterior no programa de mestrado? Deve-se fazer essa inserção no meio do curso ou no final? Isso é difícil porque os programas são de curta duração e nós temos que ver como isso pode ser implementado. Como o Dr. Bode mencionou, podemos estabelecer programas de mestrado em inglês, possibilitando que alunos estrangeiros participem dos programas de mestrado no nosso país. O mesmo pode acontecer com os nossos alunos em outros países. Portanto, há toda uma plataforma de mudanças que podem ser implementadas para facilitar o processo. Uma dessas plataformas é justamente o bacharelado. É claro que temos regras em demasia, não apenas no caso dos programas de estudo nacionais, mas também nas exigências nacionais de empregabilidade o que não nos permite ter a flexibilidade necessária para implementar essas mudanças.

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

A minha pergunta é para o Dr. Hippler. Ouvindo a sua apresentação, eu não tenho muita certeza qual seria o sentido de se ter um Bacharelado em Engenharia. O que o senhor explicou converge exatamente com o que os nossos amigos engenheiros franceses nos disseram, ou seja, na maioria dos casos, seria aconselhável que o aluno obtivesse também o grau de Mestre para se tornar um bom engenheiro.

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

Vou fazer um breve comentário. Eu acho que, no caso dos engenheiros, o bacharelado numa universidade dedicada à pesquisa é uma exigência legal, mas não é suficiente para que esse estudante se torne um engenheiro bem qualificado. Para tanto, seria necessário um programa de estudos de cinco anos.

Esse é um ponto. Se fizermos uma comparação com a França, vemos que as grandes Escolas de Engenharia da França não estão muito interessadas no Processo de Bolonha. Elas estão continuando com os programas que sempre tiveram e não vão mudá-los porque estão convencidas que são programas de excelência acadêmica renomada. Então, essa é a situação na Europa. As “Grandes Écoles” francesas vão continuar fazendo o que sempre fizeram. Pode até ser que as universidades francesas façam algumas mudanças, mas não as “Grandes Écoles”.

Em relação à formação em engenharia no âmbito internacional, eu acabei de saber que a Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, mudou seu programa dos cursos de engenharia para cursos com duração de cinco anos e não tem um bacharelado na etapa intermediária. Então, para serem consistentes com o novo sistema, ao final de cinco anos, eles concedem dois graus: o grau de bacharel e o de mestre. Isso está sendo feito para cumprir as exigências do sistema. Aliás, MIT está fazendo o mesmo. Nós estamos envidando esforços para que, na Europa, a formação em Engenharia seja assim também. Na verdade, os americanos descobriram que a formação em Engenharia na Europa era melhor do que a deles e agora estão mudando para o nosso sistema. Portanto, acho que, na Europa, nos próximos três anos, vamos ter um programa contínuo com duração de cinco anos nas universidades dedicadas à pesquisa. É bom deixar claro que isso se aplica às universidades dedicadas à pesquisa. Os outros programas são diferentes porque são direcionados para Ciência Aplicada na área de Engenharia. Isso é diferente. Na Europa há uma espécie de disputa nesse sentido, principalmente, no caso da formação em Engenharia. A Suécia é um exemplo. Na Suécia, o governo decidiu que a formação em Engenharia não faz parte do Processo de Bolonha porque é um programa de treinamento profissional. Na Suécia nós temos agora duas universidades tecnológicas – Chalmers, em Gothenburg e KTH em Estocolmo. Chalmers mudou para o sistema de Bacharelado/Mestrado, mas a Universidade de Estocolmo não.

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Já que estamos numa discussão amigável, e falando com toda a franqueza, eu gostaria de dizer que eu ainda não entendi bem quais são as vantagens do novo sistema, uma vez que, na formação de um engenheiro você continua tendo cinco anos

de estudo, acho que é apenas uma questão de nomenclatura. Agora, o estudante tem um título de Mestre em Engenharia, mas isso não significa que ele é um engenheiro melhor do que aquele que se formou há 10 anos e obteve um grau diferente.

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

Exatamente. Você está certo. No momento, é apenas uma questão de nomenclatura e o perigo é que nós percamos a qualidade do nosso sistema educacional ao mudarmos para o nosso sistema, se não respeitarmos o nível de qualidade que já havíamos adquirido na nossa formação. Acho que, ao mudarmos para o novo sistema, temos a oportunidade de ter programas melhores, mas também corremos o risco de diminuir o nível de excelência do ensino superior para recebermos mais alunos que vão se tornar novos engenheiros. Essa é a nossa luta. Nós do TU9, estamos justamente lutando por uma melhor qualificação e, particularmente, defendemos a excelência da nossa formação na área de Engenharia. O que os outros vão fazer é uma outra história, mas nós queremos garantir que ainda teremos o melhor nível de excelência acadêmica nos nossos cursos de Engenharia. Nós sabemos que estamos formando apenas 30% dos nossos engenheiros, mas queremos que eles sejam os melhores.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Eu gostaria de acrescentar um comentário. Qual será a finalidade de todo esse processo se for apenas uma questão de nomenclatura? Examinem novamente o leque das disciplinas. Elas fazem parte de todo esse “guarda-chuva”, mas têm especificidades. A situação é diferente para cada uma delas. Uma idéia geral subjacente ao programa bacharelado/mestrado é o reconhecimento internacional dos graus. Eu devo dizer que mesmo o nosso melhor diploma de Engenharia, da Universidade de Aachen ou Kassel ainda não foi reconhecido em todo o mundo. Algumas vezes, isso acontece em países do Terceiro Mundo porque era o primeiro grau e não era mestrado. Eu posso mencionar pelo menos 10 países, como a Indonésia, entre outros, em que os estudantes que receberam bolsa do DAAD voltaram para a Alemanha e seus diplomas não foram reconhecidos por conta da estrutura profissional “mafiosa” desses países.

Portanto, parte dessa mudança foi justamente por conta desse reconhecimento internacional. No caso da Engenharia, não há necessidade de mudança, é apenas uma questão de ajuste de nomenclatura. Entretanto, na área de Ciências Humanas, as coisas são diferentes. Nós temos cursos de línguas que duram de seis a oito anos. Nós temos um sistema absolutamente liberal. O aluno pode permanecer no curso o tempo que quiser e, com isso, muitas pessoas se perderam. Nós temos um *input* of 35% e um *output* of 90%. Isso significa que nós temos uma alta taxa de evasão, principalmente, na área de Humanas e Ciências Sociais, assim como nos programas de Engenharia. E no caso das universidades e de outras instituições de ensino superior, você tem que oferecer algo para o aluno médio porque nem todo mundo é um aluno Humboldt. Para o grupo de elite, de 2 a 5%, você não precisaria nem de currículo. Eles podem selecionar seus próprios estudos e, mesmo sem bons professores, eles sempre serão excelentes alunos. Mas quantos são esses alunos? Quando foi feita a reforma de Humboldt, nós tínhamos 5.300 alunos em toda a Alemanha. Quando eu comecei meus estudos em 1961, apenas 5% dos alunos chegavam à universidade. Portanto, 95% foram excluídos da universidade por conta de um sistema escolar seletivo. Hoje em dia, nós já não temos mais esse sistema. No caso de outras disciplinas, faz sentido oferecer algo para todos os alunos, bem como cursos de menor duração, embora eu seja da opinião que um bacharelado com duração de quatro anos é melhor do que um outro programa de apenas três anos.

Mas, eu sei por que é que quase todas as universidades européias optaram pelo bacharelado de três anos. Sabem por quê? Porque as universidades inglesas estão oferecendo programas de bacharelado em três anos e o mestrado em um ano. Eu imagino que essa seja uma das razões. Eu falei com vários *professors* ingleses que me afirmaram que não vão mudar o mestrado para um programa de dois anos porque isso se torna inviável do ponto de vista econômico e da competitividade do mercado. O problema é que eles vendem esses programas no mercado internacional. Sendo assim, eu novamente recomendaria que se fizesse uma clara diferenciação entre as áreas. No caso da Engenharia, acho que é um caso muito específico.

Antonio Carlos Gondim – Universidade Federal do Paraná:

Eu sou da Universidade Federal do Paraná. Nossa universidade tem vários programas de intercâmbio com várias universidades européias, especialmente, universidades alemãs, na área de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. Nos últimos anos, nós aprimoramos bastante esses programas de intercâmbio acadêmico no nível da pós-graduação e da graduação, também, no sistema de “sanduíche”, com um semestre ou um ano em universidades no exterior. O nosso problema é com os programas em que são concedidos dois graus. Por exemplo, o bacharelado em Engenharia tem a duração de três anos no Processo de Bolonha, quando normalmente o curso normal só é completado com cinco anos. Isso gera problemas de equivalência na hora da concessão do diploma. No passado, já tivemos alguns problemas dessa natureza com as universidades francesas. Como é que podemos resolver o problema da equivalência no caso da dupla diplomação?

Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira – Universidade de Blumenau:

Eu sou da Universidade de Blumenau e a minha pergunta é de cunho político. Pelo que eu entendi das apresentações que aqui foram feitas e pelo que conheço do Processo de Bolonha, tendo já falado com alguns colegas europeus, a iniciativa desse processo partiu do setor público, do governo, do setor privado e empresarial também. A universidade, por sua vez, tem que fazer face à questão da globalização, avanço tecnológico etc. Eu já estive em contato com pessoas do norte e do sul da Europa, mas não conheço ninguém da Alemanha. O que eles têm alegado é que, nesse processo, a universidade está perdendo poder. Por exemplo, na Dinamarca, o reitor da universidade não é mais escolhido pela comunidade universitária e sim pelo governo. O reitor não tem ingerência sobre o orçamento. Na Dinamarca, as universidades não apenas têm que receber alunos estrangeiros, mas também têm que vender seus programas e cursos no exterior. Em vez de tentar homogeneizar a educação em todo o continente europeu, acho que seria melhor reconhecer as diferenças e escolher um processo de acreditação que levasse em conta essas peculiaridades e toda essa diversidade dos níveis de qualidade do ensino nos diversos países e nas diversas universidades. Acho que isso deve ser construído passo a passo e, só então,

fazer a grande mudança que acarretará as conseqüências que todos conhecemos. Portanto, minha pergunta é a seguinte: se vocês estão preocupados com toda essa problemática, não seria melhor reconhecer que a educação tem que ser multicultural do que transformar a universidade num centro de treinamento, perdendo assim o conceito de “universidade”, com todas as implicações éticas, absorvendo o conhecimento das diferentes culturas e depois partilhando esse conhecimento? Eu gostaria de saber se vocês têm respostas para os novos desafios mundiais, como o problema das guerras, terrorismo etc. Esse é um problema que tem que ser estudado e compreendido, porque a universidade desempenha um importante papel em todo esse processo e, provavelmente, ainda não tem soluções para esses problemas, mas certamente, serão solicitadas a dar sua contribuição nesse sentido. Se as universidades apenas se preocuparem com as questões técnicas e de treinamento de profissionais, isso significará uma perda em termos do real potencial das universidades e da academia.

Horst Hippler – Universidade de Karlsruhe:

Bem, vou tentar responder parte da questão que você colocou em relação ao futuro da dupla diplomação no âmbito do Processo de Bolonha. Eu acho que o futuro será o das universidades dedicadas à pesquisa e apenas no nível de mestrado. Você não pode ter dupla diplomação no nível do bacharelado. Isso não faz sentido, especialmente, em relação aos cursos de Engenharia porque os três primeiros anos são essencialmente dedicados aos princípios fundamentais da Física e da Matemática Aplicada. Isso não faz sentido. Só faz sentido ter uma dupla diplomação no nível de mestrado, como acontecia antes do nível do diploma. Entretanto, se vocês realmente quiserem levar adiante essa idéia da dupla diplomação, seria melhor intercalar o bacharelado completo e o mestrado, focalizando não apenas numa área, mas nas duas partes, para que você possa estabelecer uma parceria com uma outra universidade, introduzindo módulos dessa outra universidade, mesmo no âmbito do bacharelado ou do programa de mestrado, focalizando o todo como uma unidade. Se vocês não fizerem isso, eu acho que o duplo grau no caso do bacharelado não faz sentido. Isso só seria viável no caso do mestrado.

No momento, nós temos um programa de parceria com a Universidade de Budapeste. Eles têm uma Faculdade de Engenharia em Budapeste em que o idioma predominante é o alemão. Esse programa já está no seu quinto semestre e os estudantes vêm estudar em Karlsruhe durante um semestre. Depois, eles voltam para Budapeste e os melhores alunos, ao final do curso, voltam para concluir seu curso e serem diplomados em Karlsruhe. Nós estamos desenvolvendo esse sistema no âmbito do programa de bacharelado/mestrado, sem nos preocuparmos muito com a questão estrutural. De tal maneira que, quando os estudantes voltam para a Hungria, eles podem obter o seu grau de Bacharel na Hungria e, ao final do curso, em Karlsruhe, eles recebem a dupla diplomação no nível de mestrado. Acho que essa é a única maneira viável de fazer essa equivalência. Nós temos uma parceria semelhante com as universidades francesas. Nós temos programas de cooperação muito estreitos com ENSAM¹¹ em Paris e com Metz e ENSAM em Lyon. Então, nós vamos continuar procedendo dessa forma, mesmo no caso do bacharelado/mestrado, sem nos preocuparmos muito com a parte estrutural, mas focalizando na entidade como um todo. Essa é a resposta à primeira parte da pergunta.

11. Ecole Nationale Supérieure d'Arts et Métiers.

A segunda parte da sua pergunta está relacionada ao cunho político das universidades. Eu acho que essa é uma questão muito importante e que tem grande influência sobre as universidades porque, algumas vezes, os políticos querem gerenciar as universidades como se fossem empresas. Na verdade, não pode ser assim porque a universidade tem que manter o equilíbrio entre as estruturas de cima para baixo e da base para o topo também. No caso das empresas, elas são gerenciadas do topo para a base, mas em relação às universidades, se formos tentar fazer isso, você acabará perdendo o entusiasmo de seus professores e pesquisadores. Isso nunca vai funcionar. Você pode até gerenciar uma escola do topo para a base, mas nunca uma universidade que seja dedicada à pesquisa.

Quanto ao fato de que devemos levar em consideração as diferenças culturais, na Europa, as diferenças culturais constituem uma imensa riqueza e devem ser mantidas. Portanto, não necessitamos de um nível educacional que seja uniforme, o que precisamos é de uma estrutura unificada, de tal maneira que, no interior dessa estrutura, cada cultura tenha seu próprio sistema educacional. O que nós necessitamos é transparência para identificarmos como essa formação está sendo feita

e qual é a qualificação dos egressos dessas universidades, independentemente do país. Eu acho que podemos conseguir isso com o Processo de Bolonha, mas a idéia de igualar tudo é realmente bastante negativa. Fazendo uma comparação com a internacionalização dos alimentos, eu diria que o alimento mais internacional é o hambúrguer. Em todo o lugar que você vá, o hambúrguer é o mesmo e é muito ruim. Entretanto, se você optar por uma pizza, ela é sempre diferente e quase sempre muito boa. E quanto melhor for a pizza, mais tipos diferentes de pizza você vai ter. Você tem diferentes tipos de pizza e diferentes culturas relacionadas a essas pizzas. Portanto, eu prefiro trabalhar com a educação direcionada para o nível das pizzas do que para o nível dos hambúrgueres.

Klaus Niederdrenk – Universidade de Ciências Aplicadas de Münster:

Em relação à primeira questão, eu acho que você está certo. É necessário um nível de equivalência, mas isso não pode ser no início do Programa de Bacharelado porque nós temos diferentes sistemas educacionais em diferentes países, anteriormente ao Bacharelado. Isso só é possível no caso dos sistemas educacionais de 11 anos de escolaridade ou de 13 anos, como é o caso do nosso, porque você tem um nível de qualificação diferente em muitos outros países. O primeiro nível de equivalência pode ser no nível de bacharelado ou de mestrado. Nós usamos esse sistema nos nossos programas de intercâmbio com as universidades da América Latina.

Quanto à sua segunda pergunta, eu concordo que é difícil uniformizar todas as universidades nos diferentes países. Eu já mencionei os problemas que foram levantados pela Comissão Européia e não por mim. Eles alegam que a regulação em excesso é um problema. Em algumas disciplinas é muito difícil estabelecer um programa de bacharelado/mestrado em cinco anos. Muitas vezes, você vai necessitar de seis anos ou mais para concluir esse programa. Acho que devemos deixar essa decisão a cargo da universidade e o mercado vai decidir qual é o programa mais adequado e mais competitivo. A competitividade é salutar. É justamente pela competitividade que nós vamos adaptar o múltiplo sistema universitário que necessitamos para levar adiante a internacionalização. A regulação estatal tem grande influência no momento e nós temos que mudar isso.

Christian Bode – Secretário-Geral do DAAD:

Eu vou simplesmente confirmar o que o último palestrante ressaltou. Primeiro, temos que levar em consideração as diferenças e não a uniformidade ou a harmonização. Em segundo lugar, as universidades perderam sim um poder significativo. O Processo de Bolonha é um símbolo da perda desse poder intelectual das universidades no mundo ocidental. Vocês viram o que aconteceu com a Solenidade de Bolonha em 1989. Foi uma solenidade de um mundo em decadência. Eles fizeram um testamento em latim. É um documento maravilhoso, mas que ninguém lê nem compreende. Nem mesmo as universidades se interessaram. E depois, 10 anos mais tarde, os Ministros se reuniram e fizeram um manifesto completamente diferente. Foi uma abordagem tecnocrática. Aliás, foi e ainda é uma abordagem do topo para a base. É por isso que as universidades estão tão relutantes em aceitá-la. Na verdade, desde 1990, nós tivemos uma mudança no padrão predominante no mundo. Tudo é economia, economia e economia. Os padrões da economia neoliberal são a força motriz do mundo atual, das políticas atuais e são justamente essas políticas que movem as universidades! Mas, talvez as mudanças necessárias para enfrentarmos os desafios futuros sejam diferentes. Então, é melhor as universidades abrirem os olhos e se organizarem em todo esse processo, estabelecendo parcerias reais com os Estados e não se considerarem apenas como vítimas em todo esse processo. Vocês ouviram as palavras do nosso Reitor. Pelo menos as universidades tecnológicas decidiram enfrentar esse desafio. Mas elas precisam de mais aliados, não apenas na Alemanha, mas na Europa como um todo para que possam liderar esse processo.

Os intelectuais de todo o mundo são chamados a levantar a voz contra os dois padrões predominantes no mundo e que dominam o nosso jogo político – a economia, de um lado, e o fundamentalismo religioso, do outro lado. Algumas vezes, esses dois aspectos estão relacionados e isso não é uma boa perspectiva futura para nossos filhos. Então, novamente, cabe às universidades levantarem a voz e se conscientizarem que elas são espaços de elite onde as pessoas são pagas para pensar e avançar frente ao futuro. E não apenas se preocupar em ganhar dinheiro e agir como todos os outros.

Renato Janine Ribeiro – Presidente em Exercício da Capes:

Eu apreciei tanto as discussões desta tarde, e principalmente as últimas palavras do Professor Christian Bode que só me resta agradecer a todos os nossos convidados por partilharem conosco essas belíssimas apresentações num ambiente tão cordial e familiar. Acho que avançamos muito hoje à tarde. Só lamento que tenhamos que encerrar nosso debate neste momento porque acho que foi bastante proveitoso e nos deu uma visão muito mais nítida de todo o processo. Só assim pudemos identificar que há realmente uma convergência de valores e isso é muito importante.